



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 97483 de 26/03/2013
Edição Eletrônica nº 19542



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos a Vossas Senhorias as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. No exercício de 2012 a Companhia deu sequência nos trâmites legais relacionados ao seu plano de recuperação judicial, o qual foi aprovado pelos credores em assembleia realizada no dia 28 de junho de 2012 e aguarda homologação pelo Órgão Judicial competente. A Companhia vem honrando mensalmente o pagamento do valor estipulado no plano de recuperação. Como já informado em relatórios trimestrais, a operação da Empresa se concentrou na prestação de serviços, ou seja, beneficiamento de fios de algodão para terceiros. Ante a

ausência de crédito junto a fornecedores, os demais insumos, na sua quase totalidade, são adquiridos mediante pagamento à vista. Conforme comentado no item 21 das notas explicativas, anexas ao balanço, o resultado bruto das atividades resultou em prejuízo de R\$ 8,8 milhões em 2012 contra R\$ 6,0 milhões em 2011. Os encargos financeiros sobre empréstimos e demais contas foram calculados com base nos contratos originais e devidamente provisionados; tão logo homologado o plano de recuperação judicial, referidos valores serão estornados (vide nota explicativa nº 22). As demonstrações contábeis da Companhia são apresentadas de forma individual, já que não possui investimentos em empresas coligadas ou controladas.

A Companhia informa que durante os exercícios de 2011/2012 não foram contratados, junto à empresa Actus - Auditores Independentes S/S, serviços não relacionados à auditoria externa. Os colaboradores ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2012 totalizam 292 funcionários, contra 314 do ano anterior. Finalizando, a Administração agradece a confiança dos Senhores Acionistas, ficando à disposição para prestar outros esclarecimentos julgados necessários.

Brusque, 20 de fevereiro de 2013

A Administração

Balanço Patrimonial Findos em (em milhares de reais)			
ATIVO	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Circulante		6.289	10.785
Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	111	18
Contas a Receber de Clientes	(5)	1.612	4.588
Estoques	(6)	3.231	5.199
Ativo Biológico	(7)	-	649
Impostos a Recuperar	(8)	1.212	46
Outras Contas a Receber		102	256
Despesas Pagas			
Antecipadamente		21	29
Não Circulante		130.532	135.442
Realizável a Longo Prazo		57.602	58.748
Impostos a Recuperar	(8)	176	268
Impostos sobre Ativos Fiscais			
Diferidos	(9)	23.446	24.500
Empréstimos Compulsórios			
Eletrobrás	(13.2)	33.889	33.889
Outros Créditos		91	91
Investimentos		222	222
Imobilizado	(10)	72.662	76.415
Intangível		46	57
Total do Ativo		136.821	146.227

Demonstração dos Fluxos de Caixa Findos em (em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Atividades Operacionais			
Prejuízo do Exercício	(37.434)	(36.179)	
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização		3.593	5.217
Provisão Perda Investimentos		-	1.000
Reversão Provisão Realização Estoques		(200)	(176)
Provisão para Contingências			
Trabalhistas	(13.1)	309	71
Provisão ajuste Ativo Biológico	(07)	219	-
Provisão para Devedores			
Duvidosos		39	(156)
Despesas de Juros	(22)	6.695	10.262
Resultado na Venda e Baixa de Imobilizado		171	(9.774)
Varição dos Ativos e Passivos Operacionais			
Contas a Receber de Clientes		2.937	2.849
Impostos a Recuperar		(1.074)	1.398
Estoques		1.968	5.779
Ativo Biológico		430	349
Outras Contas a Receber		154	(31)
Despesas de Exercício			
Seguinte		8	21
Empréstimos Compulsório			
Eletrobrás		-	(6.487)
Fornecedores		8.594	6.891
Obrigações Sociais e			
Tributárias		13.715	15.443
Adiantamentos Operacionais		3.480	915
Passivo a Descoberto		(163.216)	(125.782)
Capital Social	(18)	2.337	2.337
Reserva de Reavaliação	(28)	22.474	24.277
Ajuste Avaliação Patrimonial	(10.2)	23.039	23.278
Prejuízos Acumulados		(211.066)	(175.674)
Total do Passivo		136.821	146.227

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em (em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2012	31/12/2011
Operações em Continuidade			
Receita Líquida de Vendas	(19)	17.039	38.966
Custo da Venda de Produtos e Serviços	(20)	(25.910)	(45.041)
Resultado Bruto	(21)	(8.871)	(6.075)
(Despesas) Receitas		(5.730)	(10.189)
Despesas com Vendas	(20)	(1.459)	(4.076)
Despesas Gerais e Administrativas	(20)	(3.535)	(4.409)
Outras Despesas	(23)	(747)	(1.745)
Outras Receitas	(23)	11	41
Resultado antes das Receitas e (Despesas) Financeiras		(14.601)	(16.264)
Despesas Financeiras	(22)	(22.975)	(29.388)
Receitas Financeiras	(22)	142	356
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro		(37.434)	(45.296)
Resultado Líquido das Operações Continuadas		(37.434)	(45.296)
Resultado após Tributos das Operações Descontinuadas	(24)	-	9.117
Prejuízo do Exercício		(37.434)	(36.179)
Prejuízo por lote de 1.000 Ações	(25)	(1.571,10)	(1.518,43)
Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Findos em (em milhares de reais)			
		Notas	31/12/2012
			31/12/2011
Resultado Líquido do Exercício		(37.434)	(36.179)
Outros Resultados Abrangentes do Exercício		-	(8.535)
Baixa pela Venda de Bens do Ativo Imobilizado Reavaliados	(28)	-	(13.657)
Provisão Perda pela não Recuperabilidade do Ativo Imobilizado Reavaliado	(10.1)	-	5.122
Resultado Abrangente do Exercício		(37.434)	(44.714)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) (em milhares de reais)

Descrição	Outros Resultados Abrangentes						Demonstração do Resultado Abrangente
	Notas	Capital Social	Reserva Reavaliação	Ajuste avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido	
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		2.337	32.316	29.470	(145.191)	(81.068)	-
Realização Reserva de Reavaliação de Edificações, Máquinas e Terrenos:							
a) Por Depreciações	(28)	-	(3.626)	-	3.626	-	-
b) Por Baixa Líquida pela Venda de Bens do Imobilizado	(28)	-	(13.674)	-	17	(13.657)	(13.657)
c) Efeitos Tributários sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	5.881	-	(5.881)	-	-
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial de Terrenos e Construções:							
a) Por Depreciações	(10.2)	-	-	(615)	615	-	-
b) Por Baixa Líquida pela Venda de Bens do Imobilizado	(10.2)	-	-	(8.766)	8.766	-	-
c) Efeitos Tributários sobre Realização de Ajuste Avaliação Patrimonial	(10.2)	-	-	3.189	(3.189)	-	-
Baixa da Provisão Perda pela não Recuperabilidade Ativo-Reavaliado	(10.1)	-	5.122	-	-	5.122	5.122
Baixa dos Efeitos Tributários sobre Provisão Perda pela não Recuperabilidade Ativo-Reavaliado	(10.1)	-	(1.742)	-	1.742	-	-
Resultado do Exercício		-	-	-	(36.179)	(36.179)	(36.179)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		2.337	24.277	23.278	(175.674)	(125.782)	-
Resultado Abrangente até 31/12/2011		-	-	-	-	-	(44.714)
Realização Reserva de Reavaliação de Edificações, Máquinas e Terrenos:							
a) Por Depreciações	(28)	-	(2.629)	-	2.629	-	-
b) Por Baixa Líquida pela Venda de Bens do Imobilizado	(28)	-	(106)	-	106	-	-
c) Efeitos Tributários sobre Realização da Reserva de Reavaliação	(28)	-	932	-	(932)	-	-
Realização Ajuste Avaliação Patrimonial por Depreciação	(10.2)	-	-	(362)	362	-	-
Efeitos Tributários sobre Ajuste Avaliação Patrimonial	(10.2)	-	-	123	(123)	-	-
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(37.434)	(37.434)	(37.434)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		2.337	22.474	23.039	(211.066)	(163.216)	-
Resultado Abrangente em 31 Dezembro de 2012		-	-	-	-	-	(37.434)

Demonstração do Valor Adicionado Findo em (em milhares de reais)

	31/12/2012		31/12/2011	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas	19.091	57.651	Valor Adicionado Recebido em	
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	19.325	48.724	Transferência	153 368
Outras Receitas	-	3	Receitas Financeiras	142 358
Resultado na Venda ou Baixa de Ativos Imobilizados	(171)	9.126	Aluguéis e Royalties	11 10
Provisão para Devedores Duvidosos	(63)	(202)	Valor Adicionado Total a Distribuir	(107) 20.209
Insuamos Adquiridos de Terceiros	(15.758)	(32.593)	Distribuição do Valor Adicionado	(107) 20.209
Matérias-Primas Consumidas	(6.076)	(17.985)	Empregados	12.799 19.256
Outros Custos de Produtos e Serviços Vendidos	(7.411)	(8.890)	Salários e Encargos	11.793 17.696
Energia, Serviços de Terceiros e outras Despesas Operacionais	(2.123)	(4.827)	Honorários da Diretoria e Conselhos	525 735
Perda/Recuperação na Realização de Ativos	(148)	(891)	Despesas Transportes, Alimentação e Formação dos Funcionários	481 825
Valor Adicionado Bruto	3.333	25.058	Tributos	1.553 7.744
Retenções	(3.593)	(5.217)	Federais	2.348 6.408
Depreciação, Amortização e Exaustão	(3.593)	(5.217)	Estaduais	(1.019) 1.099
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	(260)	19.841	Municipais	224 237
			Financiamentos	22.975 29.388
			Juros	22.975 29.388
			Remuneração de Capital Próprio	(37.434) (36.179)
			Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	(37.434) (36.179)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais em IFRS em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1) Informações sobre a Companhia: 1.1 Contexto operacional: A Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. - Em recuperação Judicial fundada em 1892, está constituída como uma "Sociedade Anônima" de capital aberto, registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.981.671/0001-45, e NIRE - Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 423.0001.029-4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Avenida Primeiro de Maio, 1283. A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção e prestação de serviços em tecidos de algodão, contando, para tanto, com a atuação de representantes independentes na distribuição dos produtos fabricados. **1.2 Recuperação Judicial** Com o objetivo de superar a situação de crise econômica-financeira, preservando-se a atividade da empresa, e, via reflexa, saldar o passivo existente, foi publicado em 13 de dezembro de 2011 no Jornal Valor Econômico e Jornal de Santa Catarina como Fato Relevante, o ajuizamento da Ação de Recuperação Judicial em 09 de dezembro de 2011, perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC. O projeto de reestruturação da empresa, também denominado plano de recuperação, foi apresentado a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, bem como foi posto para apreciação dos credores no site da empresa e da própria CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A assembleia geral de credores foi convocada para o dia 28 de junho de 2012, onde nesta data foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, que aguarda a homologação pelo poder Judiciário. O plano de recuperação judicial consolidado, bem como, os demais documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site

da empresa e da própria CVM - Comissão de Valores Mobiliários. De forma resumida na assembleia geral de credores ficou assim definido: **• Classe Trabalhista** (credores trabalhistas): Receberão cessão de crédito no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), do processo nº 98.20.03227-0 que a companhia é autora, movido em face da Eletrobrás, que se encontra tramitando em fase de cumprimento de sentença, na 2ª Vara Federal de Blumenau (SC). Além da cessão de crédito descrita no item anterior, a companhia pagará as verbas desta classe em parcelas mensais de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), rateados proporcionalmente pelo crédito de cada trabalhador, iniciando-se 90 dias após a aprovação do plano. Os créditos serão corrigidos anualmente pelo INPC/IBGE. **• Credores com Garantia Real:** O pagamento aos credores com direito de garantia real, é de repactuação do débito em 120 parcelas mensais, com carência inicial para o primeiro pagamento de 36 meses (contados da aprovação do plano), cujos valores serão corrigidos anualmente pela TR - Taxa Referencial, ou outro índice oficial que vier a substituí-la, mais 3% de juros (também anual). O valor das garantias reais dos credores em questão excede o valor que lhe cabe, deste modo, haverá uma redução da garantia que não implicará na perda da capacidade de recuperação do crédito, em caso de eventual inadimplemento. Quanto ao credor Banco Bradesco S/A, em face da redução da garantia para o total do crédito, alterar-se-á a natureza do contrato de garantia hipotecária para alienação fiduciária, estabelecendo-se que o vencimento de qualquer parcela por tempo superior a 90 dias, implicará no vencimento antecipado de toda a dívida, mantendo-se as garantias pessoais.

• Fornecedores Quirografários: A Celesc Distribuidora S/A, na condição expressiva de maior credora da companhia em recuperação, correspondente a 71% dos créditos quirografários, receberá na modalidade de dação em pagamento, alguns imóveis (terrenos) da companhia, também, como objeto de pagamento em favor da Celesc Distribuidora S/A, a cessão dos direitos da companhia, oriundos do processo n. 98.20.03227-0, em trâmite na 2ª Vara Federal da Subseção de Blumenau (SC), movido em face da Eletrobrás, excluído o crédito de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), para pagamento de verbas trabalhistas. Eventual saldo devedor remanescente da companhia em recuperação para com a Celesc Distribuidora S/A, será tido como deságio, implicando, assim, as presentes medidas, como quitação integral de todo e qualquer crédito da Celesc Distribuidora S/A, para com a companhia. A proposta de pagamento aos Sindicatos e advogados com honorários assistenciais decorrentes de demandas trabalhistas, consiste no pagamento em parcelas mensais de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação das verbas dos credores trabalhistas. Os credores quirografários, com créditos até R\$ 1.000,00 (mil reais), serão pagos em parcela única, em até 30 dias após a quitação dos valores devidos aos Sindicatos e honorários assistenciais. Os credores quirografários, com créditos até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), excluídos os anteriores, serão pagos em 6 (seis) parcelas mensais, cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação dos credores com crédito até R\$ 1.000,00 (mil reais). Para todos os demais créditos quirografários, serão destinados R\$ 100.000,00 (cem mil reais) mensais para pagamento proporcional a cada credor, cujo termo inicial fica estabelecido para o mês imediatamente seguinte aquele que ocorrer a quitação dos credores com créditos até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), estes créditos ao final do pagamento de 50% dos valores, será concedido desconto integral do saldo devedor existente naquele momento, considerando-se, deste modo, que o pagamento de 50% do débito, importará na extinção integral do mesmo. Os valores serão corrigidos anualmente pela TR - Taxa Referencial, ou outro índice oficial que vier a substituí-la. Os valores que foram lançados em recuperação judicial, como definidos por lei foram abertos em classes, que estão assim definidos:

Classes

Trabalhistas	7.450
Garantia Real	11.801
Quirografários	83.871
Total	103.122

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais em IFRS em 31 de Dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **3) Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as seguintes principais práticas e políticas contábeis: **3.1 Estimativas Contábeis:** A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia incluem certas estimativas referentes à definição da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências ativas e passivas, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. **3.2 Conversão de Moeda Estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A Companhia não possui unidades, filiais e outros investimentos no exterior, de modo que não possui efeitos cambiais desta natureza. **3.3 Instrumentos Financeiros:** A Companhia efetuou operações exclusivamente com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem contas a receber de clientes e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data do balanço, os quais contemplam os custos de transação e rendimentos diretamente atribuíveis. **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numerário em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação. **3.5 Contas a Receber de Clientes:** As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência. São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As contas a receber de clientes são apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual é constituída com base em análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. **3.6 Ajuste a Valor Presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Atualmente não há efeitos relevantes que justifiquem qualquer ajuste a valor presente de curto e longo prazo, dos créditos e das obrigações da Companhia. **3.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, deduzido de provisão para ajustá-los aos prováveis valores de realização, quando aplicável. **3.8 Ativo Biológico:** O ativo biológico é contabilizado pelo valor justo menos as despesas de vendas, desde o reconhecimento inicial, exceto quando o valor justo não estiver disponível. As variações no valor justo do ativo biológico são receitas ou despesas na demonstração do resultado do período. **3.9 Realizável a Longo Prazo:** Os ativos realizáveis após o término do exercício seguinte são apresentados pelo custo de aquisição ou valor de emissão, ajustados a valor presente, quando aplicável, e ajustados ao valor provável de realização, quando este for inferior. **3.10 Imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou fabricação, menos depreciações acumuladas, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e reavaliados. As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição ou fabricação corrigido, e reavaliações levando-se em consideração a estimativa da Administração para a vida útil de cada bem e o valor residual do mesmo. O imobilizado está líquido de créditos de ICMS, PIS e COFINS e o seu valor registrado em impostos a recuperar, com amortização conforme previsto pela legislação. **3.11 Imobilizado - Custo Atribuído (deemed cost):** A Companhia em 2010 adotou o custo atribuído em observância a interpretação ICPC - 10 Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43. **3.12 Investimento:** Os investimentos são avaliados pelo custo

de aquisição, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável. **3.13 Imobilizado:** Valor Recuperável de Ativos: Caso existam evidências claras de que os ativos estão registrados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização, por meio da constituição de provisão para perdas. Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment" em observância ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável do Ativo. **3.14 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.15 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva quando exigida. **3.16 Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. **3.17 Obrigações Tributárias:** Os tributos correntes incidentes sobre as operações da companhia são calculados de acordo com a legislação fiscal até a data de apresentação das demonstrações contábeis, sendo reconhecidos pelo regime contábil de competência. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.18 Apuração do Resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes. **3.19 Reconhecimento das Receitas de Vendas e Serviços:** A receita da venda de bens e serviços considerada operação em continuidade, no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e Bancos	111	18

5) Contas a Receber de Clientes: Os saldos das Contas a Receber de Clientes em 31 de dezembro estão assim representados:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Clientes no País	2.638	5.583
Clientes no Exterior	318	310
Subtotal	2.956	5.893
Provisão para Devedores Duvidosos	(1.344)	(1.305)
Total	1.612	4.588

Composição do vencimento das duplicatas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Valor a vencer	618	3.686
Vencidas em até 30 Dias	143	414
Vencidas entre 31 e 60 Dias	2	247
Vencidas entre 61 e 90 Dias	-	164
Vencidas acima de 91 Dias	2.193	1.382
Total	2.956	5.893

6) Estoques: São representados por:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Produtos Acabados	961	2.145
Matérias-Primas	179	226
Produtos em Elaboração	900	1.440
Peças de Manutenção	722	897
Outros	469	691
Provisão para Perdas	-	(200)
Total	3.231	5.199

7) Ativo Biológico: A companhia explorou na totalidade seu ativo biológico (eucalipto), sendo parte destinada a venda e parte para consumo próprio. A Companhia não pretende mais utilizar o terreno onde houve o plantio em questão para o fim de reflorestamento. Parte do mesmo será transferido para Celesc Distribuidora S/A em forma de pagamentos da dívida que a Companhia possui junto a mesma, como pactuado no plano de recuperação judicial. A floresta de eucalipto estava reconhecida a valor justo, menos despesas com vendas, como determina o CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, aprovado pela Deliberação CVM 596/09. Os itens florestais foram avaliados, em florestas maduras, com idade para corte, considerando o incremento médio anual de volume de madeira. Este procedimento se justifica uma vez que a floresta encontrava-se pronta para o corte, sendo a sua receita igual à produção, em volume de madeira, multiplicado pelo valor do m³ em reais. Este procedimento foi utilizado nas Florestas de Eucalipto, as quais estão em ponto de corte, não se fazendo necessário o fluxo de receitas e despesas para atingir o valor de mercado do item avaliado.

Descrição	2012	2011
Saldo Inicial	649	998
Ajuste ao Valor Justo	(219)	-
(-) Baixa e Consumo	(430)	(349)
Saldo Final	-	649

8) Impostos a Recuperar: São representados por:

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
COFINS	-	-	144	204
PIS	-	-	31	44
Imposto de Renda	1	1	-	-
IPI	5	4	-	-
ICMS	1.157	1	1	20
REFIS - Lei 11.941	38	40	-	-
Outros	11	-	-	-
Total	1.212	46	176	268

A companhia está realizando os impostos a recuperar através de compensações, levando em consideração a legislação tributária vigente. **9) Créditos Tributários Ativos de Prejuízos Fiscais e Passivos Tributários de Ajustes de Avaliação Patrimonial e Reavaliação de Bens do Imobilizado, Diferidos:** A Companhia possui reconhecido no grupo tributos diferidos em seu passivo não circulante o saldo de R\$ 23.446 em 31 de dezembro de 2012 (contra R\$ 24.500 em 31 de dezembro de 2011), à ordem de 34% sobre o saldo das reservas de reavaliação e de ajuste avaliação patrimonial. Em contrapartida aos tributos diferidos em seu passivo, correspondente as reservas de reavaliação do imobilizado e ajuste avaliação patrimonial, a Companhia reconheceu em seu ativo o montante de tributos diferidos de prejuízo fiscal, de igual valor. A realização destes valores se dará através da alienação ou depreciação destes bens, obedecendo a mesma proporção, tanto no ativo como passivo. Com alienação da unidade da Fiação Limeiro em 2011, foram estornados os impostos diferidos sobre a provisão da não recuperabilidade desta unidade, reconhecida no exercício de 2010. Também foram baixados os impostos diferidos sobre a reavaliação e ajuste avaliação patrimonial, em virtude da realização através da venda desta unidade. Mesmo com a provisão dos tributos diferidos em seu ativo a Companhia ainda possui um ativo fiscal diferido não reconhecido demonstrado a seguir, que está calculado com alíquotas para o Imposto de renda de 15% e adicional de 10% e a contribuição social com 9%:

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais em IFRS em 31 de Dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2002	3.273	1.231	4.504
2003	530	138	668
2004	6.932	2.496	9.428
2005	1.835	667	2.502
2006	5.705	2.105	7.810
2007	5.983	2.154	8.137
2008	6.466	1.656	8.122
2009	7.626	3.307	10.933
2010	7.802	2.898	10.700
2011	7.034	2.421	9.455
2012	8.622	3.105	11.727
Soma	61.808	22.178	83.986
Ativo Diferido Reconhecido	(17.456)	(6.284)	(23.740)
Soma	44.352	15.894	60.246

10) Imobilizado: A Companhia procede a avaliação da vida útil-econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e

valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos. Atualmente a Companhia adota como política, a venda dos ativos em questão como sucata, desta forma a mesma não está utilizando o valor residual para cálculo de depreciação, visto que, no final de sua

vida útil o valor recuperado é irrisório. Foram oferecidos bens do Ativo Imobilizado (terrenos) cujos créditos estão habilitados na recuperação judicial que totalizam o valor de R\$ 12.317 em 31 de dezembro 2012 (R\$ 11.800 em 31 de dezembro de 2011) em garantia de operações junto a instituições financeiras e outros. **Movimentação das contas:**

Descrições das Contas	Taxa de Depreciação	Saldo em 01/01/2011	Recuperabilidade dos Ativos (Impairment)			Saldo em 31/12/2011	Adições 2012	Baixas 2012	Saldo em 31/12/2012
			Adições 2011	Baixas 2011	(Impairment)				
Custo ou Avaliação									
Terrenos		552	-	(294)	-	258	-	-	258
Terrenos Reavaliação		9.964	-	(2.155)	-	7.809	-	-	7.809
Terrenos Custo Atribuído		25.001	-	(347)	-	24.654	-	-	24.654
Construções	2% a 4%	15.409	-	(3.751)	-	11.658	-	20	11.638
Construções Reavaliação	2% a 4%	18.139	-	(5.375)	-	12.764	-	-	12.764
Construções Custo Atribuído	2% a 4%	20.341	-	(8.966)	-	11.375	-	-	11.375
Máquinas e Instalações	5% a 15%	82.244	-	(27.822)	-	54.422	-	47	54.375
Máquinas e Instalações Reavaliação	5% a 15%	44.286	-	(14.638)	5.122	34.770	-	248	34.522
Equipamentos Escritório	10% a 20%	2.724	10	(495)	-	2.239	1	182	2.058
Veículos	20%	508	-	(260)	-	248	-	48	200
Outros		1.617	50	(516)	-	1.151	-	-	1.151
Total		220.785	60	(64.619)	5.122	161.348	1	545	160.804

(-) Depreciação Acumulada

Construções	12.941	305	(3.616)	-	9.630	189	2	9.817
Construções Reavaliação	5.033	401	(1.569)	-	3.865	310	-	4.175
Construções Custo Atribuído	690	615	(547)	-	758	362	-	1.120
Máquinas e Instalações	79.147	515	(26.834)	-	52.828	291	-	53.119
Máquinas e Instalações Reavaliação	18.390	3.226	(6.925)	-	14.691	2.318	142	16.867
Equipamentos Escritório	2.477	93	(492)	-	2.078	86	181	1.983
Veículos	503	2	(260)	-	245	2	48	199
Outros	1.282	49	(493)	-	838	24	-	862
Total	120.463	5.206	(40.736)		84.933	3.582	373	88.142

Imobilizado Líquido

10.1) Recuperabilidade dos Ativos (Impairment): Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por "impairment". No início do exercício de 2012 a empresa em virtude do pedido de recuperação judicial, realizou a avaliação de seu ativo imobilizado através da empresa Lautec Equipe Técnica, Engenharia S/C Ltda, registrada no CREA/RS sob número 105.128-D, especializada em Engenharia Econômica e Legal, através de seus Responsáveis Técnicos, Engenheiro Civil Luciano Bessmann Silveira e Engenheiro Civil Eduardo Aquino Gonçalves, onde foi constatado que não seria necessário o reconhecimento de provisão para perdas por "impairment" de acordo com ICPC 10 e CPC 27. A companhia procedeu no exercício de 2010 a contabilização da desvalorização na rubrica maquinismo no ativo imobilizado, na unidade produtiva Fiação Limoeiro, no valor de R\$ 5.122 em virtude da descontinuidade de suas operações produtivas. Em consonância com o CPC 01 em seu item 61, aprovado pela Deliberação da CVM nº 639 de 07 de outubro de 2010, como as máquinas estão reavaliadas, a sua desvalorização foi reconhecida na Reserva de Reavaliação. Seguindo o mesmo CPC e Deliberação da CVM em virtude da alienação desta unidade no exercício de 2011 foi estornado a provisão no patrimônio líquido e no ativo não circulante, não passando pelo resultado. **10.2) Imobilizado - Custo Atribuído (deemed cost):** No exercício de 2010 a companhia apurou o valor justo de seus terrenos e construções, que em uma análise prévia detectou que os valores estariam inferiores ao valor justo. Para realizar a avaliação a companhia contratou a empresa especializada "LAUTECH - Equipe Técnica Engenharia S/C Ltda", que preparou um laudo técnico apresentando o valor justo dos terrenos e construções pertencentes a

companhia, também sendo revisado a vida útil das mesmas. A companhia reconheceu em 2010, baseada no Laudo, um ajuste no ativo imobilizado de R\$ 45.342, em contrapartida, o mesmo valor, no Patrimônio Líquido na conta Ajuste Avaliação Patrimonial. Na mesma oportunidade reconheceu os impostos diferidos no Passivo não Circulante no valor de R\$ 15.416, a contrapartida foi contabilizada como redutora do Patrimônio Líquido na conta Ajuste Avaliação Patrimonial. No exercício de 2012 foi realizado através de depreciação o valor de R\$ 362 (contra R\$ 615 no exercício anterior). Em virtude da alienação no exercício de 2011 das máquinas, construções e terrenos da unidade Fiação Limoeiro, foi realizada a baixa líquida do cus-

to atribuído no valor de R\$ 8.766. **10.3) Imobilizado - Baixa com Realização de Reserva de Reavaliação:** No exercício de 2011 ocorreu a baixa de bens do imobilizado que estavam reavaliados na unidade de produção Fiação Limoeiro que foi alienada. O montante da realização da reserva de reavaliação pela alienação da unidade foi de R\$ 13.674, e o efeito tributário desta operação foi de R\$ 4.649, de acordo com o item 18 da Deliberação CVM nº 183/95, foi baixado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido não passando pelo resultado. A companhia reconheceu a depreciação sobre os bens reavaliados no resultado do exercício de 2012 no valor de R\$ 2.628, no exercício de 2011 o valor reconhecido foi de R\$ 3.627.

11) Instituições Financeiras:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Bradesco - Capital de Giro - juros de 1,00% a.m. mais Variação Taxa Referente TR - Vencimento 28.03.2016 - Aval de Diretores, Penhor de Mercadorias e Hipoteca de Imóvel	11.341	10.972
Banco Ficsa S.A. - Capital de Giro - Juros 2,50% a.m. com Vencimento Final em 08/08/2013 - Aval de Diretores	3.644	3.631
Banco Daycoval - Conta Garantida Juros 1,00% a.m. + CDI Vencimento Final em 16.11.2011, Caução de Duplicatas	327	490
Banco Mercantil do Brasil - Capital de Giro - taxa 1,70% a.m. - vencimento 01.12.2012 - Caução de Duplicatas e Penhor Mercantil e Certificado Depósito Bancário	13	13
Diversos - Adiantamentos Capital de Giro - Juros Médios de 3,5 % a.m. - Vencimento Final 30.09.2013 - Aval Diretores	8.218	8.168
Operações de Duplicatas Descontadas a Juros Médios de 2,8% a.m. - com Prazo Médio de 60 Dias	1.571	4.021
Operações Financeiras de Vendor a Juros Médios de 2,10% a.m. - com Prazo Médio de 60 Dias	-	131
Adiantamento Contratos de Câmbio	-	134
Provisão de Encargos Financeiros sobre Obrigações Junto a Instituições Financeiras Constantes no Plano de Recuperação Judicial - Taxa dos Contratos	4.768	-
Encargos Financeiros a Transcorrer	(14)	(186)
Total	29.868	27.374
Parcela a curto prazo	23.780	16.221
Parcela a longo prazo	6.088	11.153

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais em IFRS em 31 de Dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com exceção das duplicatas descontadas e os respectivos encargos financeiros a transcorrer, os demais valores fazem parte da lista dos credores habilitados na recuperação judicial. A Companhia atualizou os créditos de acordo com o plano de recuperação judicial, ou seja, pela TR - Taxa Referencial Anual, exceto o Banco Bradesco que além da TR possui um reajuste de mais 3% de juros anuais. A Companhia provisionou o valor de R\$ 4.768 como despesas financeiras referente a diferença entre os índices de reajuste dos contratos originais e as atualizações pelos índices do plano de recuperação judicial, provisão esta, que será estornado quando da homologação do plano de recuperação judicial. A liquidação das obrigações financeiras se realizará de acordo com os prazos estipulados no plano de recuperação judicial. **12) Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoas Chaves:** O valor de R\$ 8.098 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 7.304 em 31 de dezembro de 2011, registrados na conta Diretores e Acionistas, corresponde a contratos de mútuos entre a empresa e seus diretores e acionistas. Estes créditos fazem parte do rol de credores habilitados no plano de recuperação judicial, como Fornecedores Quirografários, desta forma estes créditos foram atualizados de acordo com os índices estipulados pelo plano. Porém até a homologação do plano pelo poder judiciário, a Companhia estará provisionando os encargos financeiros da diferença entre os índices de reajuste dos contratos originais que é de 1% conforme os contratos e as atualizações pelos índices do plano de recuperação judicial (TR - Taxa Referencial-Anual), após a homologação os mesmos serão estornados. Os saldos se encontram classificados no passivo não circulante por possuírem prazo de vencimento indeterminado, com o plano de recuperação judicial estes valores serão liquidados de acordo com o prazo estipulado no mesmo. A remuneração dos Administradores da Companhia foi de R\$ 525 em 2012 contra R\$ 735 em 2011. **13) Provisões e Contingências: 13.1 Provisões:** A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus assessores e consultores jurídicos, constituiu provisão para fazer frente a possíveis compromissos emanados de disputas judiciais, quando a possibilidade de perda é considerada provável, e entende que os valores registrados no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas, conforme apresentado abaixo:

	31/12/2012	2011
	Depósito	
Descrição	Provisão	Judicial Líquido Líquido
Trabalhistas (a)	329 (68)	261 152
Total	329 (68)	261 152

a) Trabalhistas - As ações trabalhistas na sua maioria referem-se à multa de 40% sobre os depósitos do FGTS, Horas Extras e Intervalo para Descanso e Alimentação, sendo que não existem, individualmente, processos de valor relevante. As movimentações do período foram as seguintes:

Descrição	Trabalhista	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	200	200
Adição a Provisão	309	309
Utilização	(180)	(180)
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	329	329
(-) Depósitos Judiciais	(68)	(68)
Saldo líquido das contingências	261	261

13.2 Contingências Ativas: a) Correção monetária sobre

Empréstimos Compulsórios Eletrobrás: A Companhia mantém registrado no balanço R\$ 33.889 em 31 de dezembro de 2012, (R\$ 33.889 em 31 de dezembro 2011) relativos a crédito de correção monetária sobre o Empréstimo Compulsório Eletrobrás, cujo processo foi transitado em julgado em dezembro de 2004, no Superior Tribunal de Justiça. De acordo com o plano de recuperação judicial de dezembro de 2011, do valor a receber, a quantia de R\$ 5.000 será para liquidar verbas trabalhistas e o saldo será cedido a Celes Distribuidora S/A para liquidar as obrigações da Companhia junto à mesma. A possibilidade de realização do ganho é praticamente certa, segundo os assessores jurídicos da Companhia. A estimativa do valor contabilizado foi feita ao amparo da lei e decisão judicial, que reconhecem como legítimas a correção monetária e juros de 6% ao ano. Em 25 de maio de 2006 a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. recebeu R\$ 6.181 da Eletrobrás, como parte do pagamento do referido processo, que se encontra na fase de execução judicial. **b) INCRA:** Tramita no STJ o processo nº 2001.72.05.006505-0 que aguarda o julgamento do direito de compensar os créditos do INCRA com outras contribuições previdenciárias, cujo valor monta em R\$ 329. Este valor somente será registrado no balanço da Companhia após a decisão final ou quando os assessores jurídicos entenderem que a realização do ganho é provável. **13.3 Contingências**

Passivas: a) TQM Total Qualified Management: Trata-se de ação de cobrança movida pela TQM Total Qualified Management, objetivando receber da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., a quantia de R\$ 586 em decorrência de contrato de prestação de serviços de consultoria empresarial, firmado em 03.01.2005, cujo objeto e valores estão sendo discutidos judicialmente. A chance de êxito da Companhia segundo a assessoria jurídica da empresa é possível. **14) Fornecedores:**

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores Nacionais	4.222	3.640	-	-
Fornecedores Estrangeiros	368	316	-	-
Parcelamento com fornecedores	13.522	7.607	88.746	86.701
Total	18.112	11.563	88.746	86.701

15) Obrigações Sociais e Trabalhistas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Salários a pagar	361	424
Rescisões a pagar - Recuperação Judicial	3.310	2.715
Provisões férias, 13º salário e encargos INSS a recolher	1.851	2.231
FGTS a recolher (normal e indenizações)	23.426	19.837
Salário educação - convênio	3.714	1.802
Seguro Acidente de Trabalho - SAT	1.983	1.636
Sindicatos	1.677	1.382
Outras	1.745	1.420
Total	41.495	34.248

16) Obrigações Tributárias

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
ICMS	9.019	8.253
ICMS - Atualização até recuperação Judicial (1)	5.711	-
ICMS Parcelamento	-	1.145
PRODEC - Financiamento ICMS	2.868	2.117
IPTU	2.923	1.047
Imposto de Renda	4.244	3.669
COFINS	1.832	1.096
PIS	265	154
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (nota 31)	7.775	4.151
Outras	302	201
Total	34.939	21.833

(1) Em virtude do diferimento da recuperação judicial a Companhia obteve o benefício de exclusão de multa e juros sobre o ICMS atrasado, limitados a data da declaração da recuperação judicial, de acordo com a Lei 14.967/09 em vigência na data. Porém até a homologação do plano pelo Poder Judiciário a Companhia manterá provisionado o benefício obtido no valor R\$ 5.711 que serão estornados quando da homologação do plano de recuperação judicial.

17) Obrigações Sociais e Tributárias - Não Circulante:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
ICMS Parcelamento	-	4.581
PRODEC - Financiamento ICMS	1.327	1.655
FGTS Parcelamento	4.827	4.491
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (nota 31)	36.100	37.794
Outras	961	1.332
Total	43.215	49.853

18) Capital Social: O capital subscrito e integralizado de R\$ 2.337 é dividido em 11.913.305 ações ordinárias, e 11.913.305 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais, sem direito a voto, gozam de prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos de 8% a.a. sobre o capital social realizado, não podendo ser inferior a 3% do valor do patrimônio líquido da ação, havendo lucro partilhável. O valor patrimonial em reais por ação em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ (6,85) e R\$ (5,28) em 31 de dezembro de 2011.

19) Receita Líquida de Vendas:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Vendas Mercado Interno	17.660	47.408
Vendas Mercado Externo	1.826	2.256
Receita Bruta de Vendas	19.486	49.664
Impostos sobre vendas (PIS, CONFINS, INSS e ICMS)	(2.312)	(9.929)
Devoluções	(135)	(769)
Receita Líquida de Vendas	17.039	38.966

20) Despesas por Natureza: Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Despesas com Pessoal	13.543	20.107
Insumos Diretos	4.227	11.567
Materiais Indiretos	2.425	2.110
Serviços de Terceiros	1.969	2.201
Comissões Representantes	194	1.935
Fretes	108	514
Depreciações e Amortização	3.411	5.217
Energia Elétrica	2.127	2.618
Outras Despesas	2.900	7.257
Total	30.904	53.526

Classificados como:
Custo da venda de Produtos 25.910 45.041
Despesas com Vendas 1.459 4.076
Despesas Gerais e Administrativas 3.535 4.409
Total 30.904 53.526

21) Resultado Bruto: A Companhia registrou como resultado bruto prejuízo de R\$ 8.871 em 2012, contra R\$ 6.075 em 2011. Estes resultados têm como grande influência a baixa utilização da capacidade produtiva da Companhia que no exercício de 2012 operou com aproximadamente 48% de sua capacidade, contra 60% do exercício anterior. O reduzido volume de produção decorreu do processo de reestruturação que atualmente passa a Companhia e das dificuldades da conjuntura que afetaram o setor têxtil. **22) Receitas e Despesas Financeiras:**

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Receitas Financeiras		
Rendimento Aplicação Financeira	-	6
Juros recebidos	101	171
Outras Receitas Financeiras	41	179
Total Receita Financeira	142	356
Despesas Financeiras		
Encargos sobre Empréstimo	(1.129)	(10.262)
Encargos sobre Empréstimo - Credores incluídos Recuperação Judicial	(5.566)	-
Variação Cambial	(7)	(14)
Atualização Tributos	(1.680)	(10.344)
Atualização Tributos - ICMS		
benefícios da Recuperação Judicial	(5.711)	-
Encargos sobre Demais Contas	(314)	(8.389)
Encargos sobre Demais Contas - Credores incluídos Recuperação Judicial	(8.565)	-
Outras Despesas Financeiras	(3)	(379)
Total Despesa Financeira	(22.975)	(29.388)
Resultado Financeiro Líquido	(22.833)	(29.032)

Em virtude do diferimento da recuperação judicial a Companhia obteve o benefício de exclusão de multa e juros sobre o ICMS, limitados a data da declaração da recuperação judicial, de acordo com a Lei 14.967/09-SC em vigência na data. Porém até a homologação do plano de recuperação judicial, bem como do diferimento por parte da Secretaria do Estado de Santa Catarina a Companhia manterá provisionado a quantia de R\$ 5.711 que representa o benefício obtido pela mesma, valor este, que será estornado na oportunidade da homologação do plano de recuperação judicial. No exercício de 2012 os empréstimos e obrigações junto a fornecedores que constam no plano de recuperação judicial estão sendo atualizados de acordo com o plano de recuperação judicial e a diferença entre o valor apurado desta atualização com o valor da atualização pelos contratos originais foi base para a provisão de R\$ 5.566 como Encargos sobre Empréstimos e de R\$ 8.565 de Encargos sobre Demais Contas, que serão estornados quando da homologação do plano de recuperação judicial.

23) Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais:

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Outras Receitas		
Receita de Aluguel	10	10
Outras Receitas	1	31
Total de Outras Receitas	11	41
Outras Despesas		
Constituição e Reversão de Provisões	71	(891)
Ganhos e Perdas Venda Imobilizado	(171)	-
Depreciações e Amortizações	(182)	(189)
Impostos e Taxas	(239)	(618)
Outras Despesas	(226)	(47)
Total Outras Despesas	(747)	(1.745)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais em IFRS em 31 de Dezembro de 2012 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24) Operações Descontinuadas: No exercício de 2012 a Companhia não procedeu a operações que possam ser classificadas como operações descontinuadas. Em 2011 a Companhia descontinuou as atividades de fabricação de fios da filial denominada FIAÇÃO LIMOEIRO, localizada na Rodovia Antônio Heil, SC-486, KM 22, Bairro Limoeiro, na cidade de Brusque (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 82.981.671/0008-11, desligando parte dos colaboradores e realocando os demais em outras unidades. A companhia alienou o imóvel, terreno com as edificações bem como os equipamentos que eram parte integrante da linha de fabricação de fios.

Descrição	31/12/2011
Resultado do Exercício das Operações Descontinuadas	
Receitas	20.000
Despesas	(10.883)
Custo Corrigido Líquido dos Terrenos, Construções e Máquinas	(1.443)
Ajuste Avaliação Patrimonial - Terrenos e Construções	(8.766)
Diversos	(674)
Resultado antes dos Tributos	9.117
Tributos Sobre o Lucro	-
Resultado Após os Tributos	9.117

A Companhia procedeu no exercício de 2010 a contabilização de uma redução ao valor recuperável do maquinário desta unidade produtiva no ativo imobilizado no valor de R\$ 5.122. Em consonância com o CPC 01 em seu item 61, aprovado pela Deliberação da CVM nº 639 de 07 de outubro de 2010, como as máquinas estão reavaliadas, a sua desvalorização foi reconhecida na Reserva de Reavaliação. Em virtude da alienação desta unidade no exercício de 2011 este valor de redução ao valor recuperável do maquinário foi estornado do patrimônio líquido, não passando pelo resultado. As construções, terrenos e máquinas desta unidade industrial foram reavaliadas em 2005, permanecendo no ativo imobilizado, bem como no patrimônio líquido em reservas de reavaliação o saldo de R\$ 13.642 a realizar na data da alienação, este saldo da reavaliação de acordo com o item 18 da Deliberação CVM nº 183/95, foi estornado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido não passando pelo resultado. Como a empresa está apurando prejuízo contábil e fiscal durante o exercício de 2011, suficiente para fazer frente ao lucro apurado nesta alienação, a mesma não reconheceu impostos sobre o resultado apurado. **25) Resultado por Ação:** O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Descrição	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	(18.717)	(18.089)
Lucro disponível aos acionistas ordinários	(18.717)	(18.090)
Total	(37.434)	(36.179)
Quantidade de ações preferenciais emitidas	11.913	11.913
Quantidade de ações ordinárias emitidas	11.913	11.913
Total	23.826	23.826
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)		
Ação preferencial	(1,57)	(1,52)
Ação ordinária	(1,57)	(1,52)

26) Plano da Administração para Alcançar o Equilíbrio Econômico Financeiro da Companhia: O ajuizamento da Ação de Recuperação Judicial em 09 de dezembro de 2011, perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, faz parte do plano de reestruturação e recuperação da Companhia visando superar a situação de crise econômica-financeira, preservando-se a atividade da empresa. O projeto de reestruturação da empresa, também denominado plano de recuperação, foi apresentado a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque-SC, bem como foi posto para apreciação

dos credores no site da empresa e da própria CVM - Comissão de Valores Mobiliários. A assembleia geral de credores foi convocada para o dia 28 de junho de 2012, onde nesta data foi aprovado o Plano de Recuperação Judicial, neste momento está sendo aguardada a homologação pelo poder Judiciário. Faz parte deste plano, entre outras medidas: a) Venda de tecidos com maior valor agregado; b) Alienação de ativos imobilizados; c) Ampliação da carteira de clientes; d) Redução das taxas de juros junto as Instituições Financeiras e Fornecedores. **27) Cobertura de Seguros:** Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado e estoques. As principais coberturas são as seguintes:

Modalidade	Objeto	31/12/2012	31/12/2011
	Prédios e		
	Conteúdo	47.000	47.000
	Diversos	10.000	10.000
Total		57.000	57.000

28) Reservas de Reavaliação: Conforme faculta a Lei nº 11.638/07, a Administração decidiu manter a Reserva de Reavaliação registrada no Patrimônio Líquido, sendo que a sua realização ocorrerá quando da alienação, depreciação ou baixa dos respectivos ativos. Em virtude da alienação da unidade produtiva Fiação Limoeiro reavaliada em 2005, no exercício de 2011 o saldo de reavaliação de R\$ 13.657 desta unidade, de acordo com o item 18 da Deliberação CVM nº 183/95, foi estornado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido não passando pelo resultado. A companhia reconheceu na Reserva de Reavaliação, a realização no exercício pela depreciação e baixa sobre os bens reavaliados no exercício de 2012 o valor de R\$ 2.735, no exercício de 2011 o valor reconhecido foi de R\$ 17.300. Na mesma oportunidade a Companhia procedeu a baixa dos Impostos Diferidos. **29) Instrumentos Financeiros:** Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: **a) Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização. **b) Derivativos:** A empresa não mantém operações em derivativos. **c) Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos, os valores foram determinados utilizando-se as taxas de juros fixadas junto aos credores, as quais são significativamente semelhantes ao valor de mercado, consideradas as condições e a natureza dessas operações. **d) Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis. **e) Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. **Riscos de taxas de juros:** O objetivo da política de gerenciamentos de taxas de juros da Companhia é o de minimizar as possibilidades de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para o gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros. Conforme elencado no plano de recuperação judicial, com o seu diferimento em dezembro de 2012, os créditos habilitados de empréstimos e obrigações com fornecedores estão sendo atualizados de acordo com o plano de recuperação judicial, ou seja, pela TR - Taxa Referencial Anual, exceto o Banco Bradesco (credores com garantia real) que além da TR possui um reajuste de mais 3% de juros anuais. Porém em virtude da não homologação do plano de recuperação judicial a Companhia está provisionando os juros da diferença entre atualização realizada conforme o plano e a atualização de acordo com os contratos originais, provisão esta, que será estornada quando da homologação do mesmo.

Riscos de taxas de câmbio: Administração da Companhia monitora permanentemente o mercado de câmbio. A mesma possui um controle natural entre as obrigações e direitos em moeda estrangeira. Atualmente a empresa possui poucas operações com moedas estrangeiras.

Descrição	2012	2011
Ativo		
Clientes a Receber Exterior (R\$)	318	310
Total do Ativo	318	310
Passivo		
Fornecedores no Exterior (R\$)	368	316
Adiantamento Contrato de Câmbio (R\$)	-	134
Total Passivo	368	450
Exposição Líquida R\$ mil	(50)	(140)
Exposição Líquida US\$ mil	(24)	(75)
Taxa do Dólar	2,0429	1,8751

Risco de crédito: Para atenuar o risco decorrente das operações de vendas, a Companhia adota como prática a análise da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecem um limite de crédito e acompanham permanentemente o seu saldo devedor. **Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de buscar uma adequada estrutura de capital. Os Instrumentos financeiros apresentam-se com os seguintes valores contábeis e de mercado:

Descrição	Valor Contábil		Valor de Mercado	
	2012	2011	2012	2011
Caixa e Bancos	111	18	111	18
Contas a Receber de clientes	1.612	4.588	1.612	4.588
Fornecedores	106.858	98.264	106.858	98.264
Financiamentos e Empréstimos	29.868	27.374	29.868	27.374

30) Informações por Segmento: A Companhia atua somente em um segmento operacional, denominado Setor Têxtil, principalmente na produção de tecidos de algodão. A Companhia não possui unidades, filiais ou ativos no exterior. Suas vendas são na maioria para mercado interno, as exportações em 2012 representaram 9,3% da receita bruta. (contra 4,54% em 2011). As exportações estão assim representadas por países:

Países	2012	2011
Argentina	39,35%	55,57%
Paraguai	34,28%	5,34%
USA	17,69%	27,81%
Outros	8,68%	11,28%
Total	100,00%	100,00%

31) Programa de Recuperação Fiscal-REFIS: A Companhia aderiu ao parcelamento especial criado pela Lei nº 11.941/2009, que possibilita o pagamento de débitos fiscais vencidos até 30/11/2008 perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional, em até 180 meses (cento e oitenta), que assegura a redução gradativa de juros e multa (relativos à esses mesmos débitos fiscais). A Companhia utilizou prejuízo fiscal e bases negativas de CSLL para amortização do saldo remanescente de juros e multas (após a aplicação das reduções previstas pela lei). Os débitos fiscais foram consolidados perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria da Fazenda Nacional, gerando 161 parcelas de R\$ 247,3, perfazendo um total de R\$ 39.811. O montante de obrigações a pagar em 31 de dezembro de 2011 está demonstrado nas notas explicativas 16 e 17. No exercício de 2012 está apropriado no resultado (despesas financeiras) o montante de R\$ 2.883 (R\$ 3.996 mesmo período em 2011) resultante da atualização do saldo devedor. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía dezesseis parcelas em atraso, sendo que eventual exclusão do parcelamento representaria um efeito no Passivo a Descoberto no valor aproximado de R\$ 20.914, referente ao benefício instituído pela Lei 11.941/2009, onde permitiu uma redução de juros e multas através de percentuais, de acordo com o número de parcelas, e a compensação dos juros e multas restantes com prejuízo fiscal e bases negativas de CSLL. **32) Autorização para Conclusão das Demonstrações:** A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis em 20 de fevereiro de 2013.

Conselho de Administração	Diretoria	Contador
Presidente: Rolf Dieter Bückmann	Presidente: Walter Bueckmann	Wilson Quaiato
Conselheiros: Walter Bueckmann, Isolde Siewerdt	Diretor: Jorge Paulo Krieger Filho (Diretor de Relações com Investidores)	CRC-SC - 029.946/O-4

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Srs. Administradores, Conselheiros e Acionistas da:
Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. - Em Recuperação Judicial
Brusque - SC

1. Examinamos as demonstrações contábeis da **Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. - em Recuperação Judicial** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que

são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. - em Recuperação Judicial** ("Companhia") em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Continuidade Operacional e Plano de Recuperação Judicial - PRJ

5. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, conforme as práticas contábeis mencionadas na nota explicativa nº 3. A existência de prejuízos operacionais ocorridos nos últimos exercícios, a deficiência de capital de giro e o passivo a descoberto levou os gestores a empreender planos de medidas operacionais e administrativas, conforme mencionado na nota explicativa nº 26. Em 09 de dezembro de 2011 a Companhia ajuizou a Ação de Recuperação Judicial perante a Vara Comercial do Foro da Comarca de Brusque - SC, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 e no relatório da administração. Em 28 de junho de 2012 o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado pela Assembleia Geral dos credores, que aguarda a homologação pelo poder judiciário. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos, que poderiam ser requeridos no caso de uma descontinuidade operacional definitiva. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

Parcelamento de dívidas Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009 ("REFIS IV")

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 31, em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía dezesseis parcelas em atraso, podendo caracterizar a sua exclusão do parcelamento em questão, entretanto até a data deste relatório não houve comunicação de exclusão por parte da Receita Federal do Brasil. A possível exclusão implicaria na perda dos benefícios utilizados em 2009 no valor de R\$ 20.914 mil e o consequente aumento no grau de endividamento. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

7. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 07 de março de 2012, que não conteve nenhuma modificação.



Blumenau, 13 de março de 2013

ACTUS Auditores Independentes S/S.

CRC-SC nº 001.059/O-7

Samir da Silveira - Sócio Responsável

Contador CRC N° SC - 024.199/O-1